

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA: ANALISANDO OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DE UMA EXPERIÊNCIA COM UMA DISCIPLINA DA PARTE DIVERSIFICADA DO CURRÍCULO

PEDAGOGICAL RESIDENCE IN PHYSICAL EDUCATION: ANALYZING THE CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF AN EXPERIENCE WITH A SUBJECT FROM THE DIVERSE PART OF THE CURRICULUM


João Victor Campelo Petri **1**
Kadja Michele Ramos Tenorio **2**
Lívia Tenorio Brasileiro **3**

Resumo: *O presente trabalho tem como finalidade analisar os limites e as possibilidades da intervenção da área de Educação Física em uma disciplina de caráter diversificado do currículo com o tema Esporte Escolar numa perspectiva de treinamento esportivo, através da socialização de uma experiência em um colégio público federal do Recife/PE pelo Programa Residência Pedagógica. Para tanto, cabe ao trabalho apresentar o contexto detalhado dessa experiência, expondo as principais dificuldades, inquietações e aprendizados relativos ao processo.*

Palavras-chave: *Residência Pedagógica. Educação Física. Currículo.*

Abstract: *The purpose of this paper is to analyze the limits and possibilities of intervention in the area of Physical Education in a discipline with a diversified character in the curriculum with the theme School Sports in a sports training perspective, through the socialization of an experience in a federal public school in Recife/PE by the Pedagogical Residence Program. Therefore, it is up to the work to present the detailed context of this experience, exposing the main difficulties, concerns and learnings related to the process.*

Keywords: *Pedagogical Residence. Physical Education. Curriculum.*

-
- 1** Licenciado em Educação Física, Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco – ESEF/UPE.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6741100114980129>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5862-3903>. E-mail: joao.petri@upe.br
 - 2** Doutora em Educação Física no PAGGEF UPE/UFPB, Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco – ESEF/UPE.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7651928845039306>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9588-689X>. E-mail: kadja.tenorio@upe.br
 - 3** Doutora em Educação na Faculdade de Educação/Unicamp, Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco – ESEF/UPE.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2051780563718960>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5864-1148>. E-mail: livia.brasileiro@upe.br
- 

Introdução

Buscando melhorias no processo de formação docente, a CAPES –Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior, órgão do Ministério da Educação, responsável por elevar o nível de pesquisa científica em diversas áreas –oferece o Programa Residência Pedagógica (PRP), onde novas estratégias são adotadas no processo de inserção do formando no fazer docente comparadas ao Estágio Curricular Obrigatório, como por exemplo, maior tempo de adaptação/imersão do estudante na escola campo e um professor preceptor da escola campo mais presente e atuante durante a práxis do residente (FARIA; PEREIRA, 2019). O programa, em sua estrutura, também conta com um professor orientador na universidade, que trata de estimular o diálogo e reflexões sobre as diferentes realidades encontradas na prática pelos residentes (BRASIL, 2018a).

Inserido nesta proposição, o presente trabalho foi desenvolvido a partir de um relato de experiência do PRP vinculado a Escola Superior de Educação Física (ESEF) da Universidade de Pernambuco (UPE), onde nos inserimos no contexto educacional de uma escola pública federal do Recife. Tal inserção reuniu 2 estudantes, sendo coordenada e supervisionada por uma professora orientadora da ESEF/UPE e o acompanhamento de um professor preceptor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (CAp/UFPE). Tal experiência foi desenvolvida no período de setembro de 2018 a novembro de 2019, tendo sua produção final descrita em OLIVEIRA et al. (2019)¹.

Nossa inserção se deu em uma realidade escolar com condições privilegiadas, comparada a outras instituições públicas, e que apresentava novas possibilidades no âmbito das aprendizagens dos estudantes, como, por exemplo, conseguir oferecer disciplinas da parte diversificada (DPD) do currículo, que são legitimadas pelos documentos norteadores do currículo na educação.

A DPD oferecida foi denominada Esporte Escolar, tinha cerca de 10 (dez) estudantes participantes e a perspectiva escolhida pelo coletivo de professores (quatro professores) de Educação Física da instituição para nortear o trabalho foi a do treinamento esportivo escolar.

Porém, sendo talvez mais flexível que o currículo obrigatório, a DPD oferece liberdade aos professores de reinventar e experimentar novas perspectivas a cada ano letivo. Apesar de essas disciplinas da parte diversificada não serem obrigatórias, todos os estudantes cursam pelo menos uma por ano. São ofertadas várias disciplinas com os temas mais variados de acordo com o ano escolar dos estudantes, que as escolhem ou são distribuídos em uma lógica de sorteio, algo que depende da organização anual do colégio.

Na realidade escolar desse relato inserida em um *campus* de uma universidade pública federal, onde a tríade ensino, pesquisa e extensão se faz presente, com professores engajados e sendo referência em inovações pedagógicas, explorar as peculiaridades e o processo dessas disciplinas para além do currículo se tornou um trabalho riquíssimo. Mas, ao mesmo tempo, dificultoso, pois nos exigiu um domínio dos conteúdos que vão para além do que é requerido de nós na universidade. Esse contexto resulta antecipadamente em algo que é inevitável no fazer docente: a busca por conhecimento e qualificação para além dos limites da graduação, o que é outro excelente aspecto a se discutir no presente trabalho.

Frente a esta experiência, a intenção deste estudo é socializar a experiência no PRP de uma DPD do currículo, a partir da Educação Física, analisando seus desafios e suas possibilidades correspondentes a esse processo.

Frente a esta intenção apresentamos como problema de pesquisa: quais as principais contribuições de um processo de inserção na residência pedagógica em uma disciplina da área de Educação Física na parte diversificada do currículo?

Tal problema tem como principais justificativas: minha inserção na Residência Pedagógica entendendo esse espaço de trabalho de conclusão de curso como a melhor possível para socializar uma experiência que impactou significativamente em minha formação; o reconhecimento de um programa institucional como política pública que visa expandir e enriquecer o processo de formação de professores, área negligenciada historicamente pelas políticas públicas do país; a importância de avançarmos nas pesquisas referentes a área de Educação Física e suas diferentes contribuições na

¹ Relato de Experiência oriundo do Programa Residência Pedagógica da Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco. Contou com financiamento da CAPES.

formação dos estudantes, trazendo à tona um tema pouco debatido que é a parte diversificada do currículo, sendo algo que causa inquietações na realidade dos docentes em formação.

Frente a estas delimitações, apresentamos como objetivo geral: analisar os limites e as possibilidades da intervenção da área de Educação Física em uma disciplina de caráter diversificado no currículo de uma escola pública federal de Pernambuco, a partir de uma experiência com a Residência Pedagógica da ESEF/UPE.

Trata-se, pois, de um relato de experiência, partilhado por outros sujeitos na sua execução, mas que aqui será elucidado as análises possíveis após a sua realização.

Uma experiência narrada

Este estudo opta por um estudo descritivo do tipo relato de experiência, sendo o mesmo classificado como um tipo de pesquisa que tem como objetivo “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28).

Tal relato parte da intervenção realizada no PRP da ESEF/UPE, desenvolvido entre 2018 e 2019, tendo como fases: a ambientação, que diz respeito a etapa do programa em que os residentes buscam uma percepção mais analítica da realidade da escola campo, através da observação e relatórios; e a fase de imersão, onde os residentes já estão dispostos a todos os afazeres de um docente, incluindo planejamento e avaliação. Com o programa sendo dividido em três semestres, a etapa de ambientação ocorreu no primeiro semestre, sendo os dois restantes destinados para imersão.

Tal inserção aconteceu no último semestre do PRP em uma disciplina da parte diversificada do currículo, que reuniu nove alunos de turmas do Ensino Fundamental, sendo a mesma composta por duas meninas e sete meninos.

Nossa inserção se deu em uma escola pública federal que apresenta diferenciações objetivas frente a outras escolas públicas. O CAP/UFPE se diferencia, pois, está categorizado em um grupo de instituições que são entendidas como laboratórios pedagógicos, estando vinculadas a universidades e tendo como um dos objetivos servir como lócus de formação docente. Essa categoria de colégio, vinculado às propostas das Universidades, existe por todas as regiões do país e surge no Brasil em meados do século passado já com esse objetivo de novas experimentações pedagógicas, com influência principalmente do movimento Escola Nova, corrente pedagógica que surge como oposição ao ensino tradicional.

Em uma pesquisa feita pelo Ministério da Educação (MEC) junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o CAP/UFPE aparece em segundo lugar entre as escolas públicas do país em um ranking que tinha como critério a nota média dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do ano de 2019, ficando atrás somente de outro colégio de aplicação, o da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais.

Frente a esta diferenciação destacamos: a estrutura, o corpo discente, o corpo docente, o ensino e a avaliação.

A estrutura física do colégio também destoa positivamente da média das escolas públicas. Com diversos laboratórios, salas específicas para cada tipo de atividade, seja de ordem pedagógica ou administrativa, recursos tecnológicos e uma grande biblioteca. Os docentes e a direção da instituição têm aparato material para pensarem todo tipo de planejamento pedagógico independente do objetivo.

No que diz respeito a estrutura específica para o trato da Educação Física, o colégio possui quadra poliesportiva, sala de ginástica, sala de dança e diversos materiais com quantidade e qualidade satisfatórias para o trato dos conteúdos da Educação Física num geral. Toda essa riqueza de recursos possibilitava um planejamento despreocupado de qualquer problemática de ordem material, como acontece em outras realidades escolares.

Ainda sobre estrutura e modo de organização do CAP/UFPE, vale mencionar os setores de apoio existentes no colégio. São nove setores que atuam nas áreas de pesquisa, na parte disciplinar

e psicológica dos estudantes, na parte administrativa, dentre outras. Um desses setores é o SOAE – Serviço de Orientação e Atendimento ao Estagiário, o qual teve mais contato durante o período de imersão. O SOAE atende todos os docentes em formação que atuam no CAP/UFPE seja estagiário, residente ou pibidiano e orienta sobre a dinâmica institucional, fazendo controle de frequência e cuidando da parte da comunicação via e-mail.

O corpo discente do CAP/UFPE se diferencia desde seu processo de inserção, visto que para ser estudante desta escola faz-se necessário passar por um processo seletivo, que ocorre anualmente, para entrada no 6º ano do Ensino Fundamental. Tal processo tem sido historicamente entendido como uma seleção dos “melhores”, visto que o índice de concorrentes por vaga chega a ser maior que os índices para curso do Ensino Superior. Os últimos processos seletivos, por sua vez, já integraram a regra, instituída em 2016, que reserva 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, conquista reconhecida como uma ação de democratização do acesso. No ano de 2019, momento de inserção do PRP ESEF/UPE o CAP contava com 420 estudantes, sendo 240 do Ensino Fundamental e 180 do Ensino Médio.

O corpo docente se diferencia em diversos aspectos da realidade mais comum no país, como titulação acadêmica, salário e dedicação exclusiva. A grande maioria dos docentes da instituição possuem titulação acadêmica para além da graduação, incluindo mestrado e doutorado. Consequentemente, maiores salários são oferecidos aos professores conforme plano de carreira, princípio que sugere que quanto maior a titulação acadêmica, maior seu vencimento, estimulando a contínua qualificação. Quanto a dedicação exclusiva, os professores possuem vínculo efetivo e nenhum leciona mais de 15 horas-aula semanais, possibilitando tempo suficiente para uma prática pedagógica com qualidade, onde planejamento e estudo dos docentes são beneficiados. Outro ponto importante a se mencionar é o envolvimento dos professores em atividades para além do próprio ensino, como pesquisa e extensão. Muitas dessas atividades estão relacionadas com o grande espaço que o colégio oferece à formação docente, onde os docentes efetivos da instituição contribuem nas produções acadêmicas com orientação.

Como já dito, o CAP/UFPE nasce tendo como um dos objetivos a experimentação pedagógica, entendendo-se como um espaço privilegiado e bem subsidiado estrutural e academicamente para inovar e experimentar. Professores qualificados e abertos à novas aprendizagens, estrutura física privilegiada, número máximo de trinta estudantes por turma, são alguns desses fatores que possibilitam esse trato diferenciado com a práxis.

Ao adentrar no colégio, alguns detalhes chamam a atenção no que diz respeito a forma de se pensar a prática pedagógica, dentre eles e com maior destaque está a avaliação. O colégio opta por uma perspectiva de avaliação qualitativa, que vai na contramão das perspectivas mais conservadoras de se avaliar o estudante, prestando mais atenção no entendimento do desenvolvimento individual do estudante e suas peculiaridades, para assim conseguir intervir qualitativamente em suas aprendizagens.

Esse modelo parte do pressuposto que o estudante não deve ser avaliado apenas por provas e sim pelo desempenho regular durante toda a unidade, podendo ser utilizados os mais diversos instrumentos metodológicos para mensurar isso, tais como: seminários, pesquisas, debates e atividades de arguição oral. Posteriormente, os professores elaboram pareceres individuais descritivos para serem discutidos no conselho de classe e em reuniões com os pais e/ou responsáveis por cada estudante. Esse parecer individual contém uma análise do que foi o desempenho de cada estudante durante aquela unidade, indo para além de uma nota traduzida em um algoritmo.

Enquanto residente que estava à frente da turma e tinha essa tarefa de avaliar, tive que superar essa apreensão causada por um novo método avaliativo, superação essa que foi possível estando presente em todos os momentos com a turma e fazendo esse exercício de avaliar qualitativamente a cada aula regida.

Afim de discutir os aspectos de ensino-aprendizagem numa perspectiva avaliativa, o conselho de classe também apresenta uma estrutura muito interessante. Os estudantes também participam desse momento avaliativo e democrático, trazendo inquietações da turma acerca das disciplinas e principalmente com a discussão após os comentários dos professores sobre o processo de ensino-aprendizagem daquela unidade na turma, inclusive fazendo avaliação dos professores e residentes. Em um segundo momento, os estudantes se retiram e os professores tratam das

observações individuais.

Como residente e participante desses momentos, posso dizer que é um momento muito rico da prática pedagógica, onde se estimulava o laço de compromisso e responsabilidade de todas as partes.

Quanto à parte diversificada do currículo oferecida na instituição, o documento oficial do colégio diz que:

[...] esses não assumem um caráter de permanência, podendo ser modificados de acordo com as necessidades ou características dos contextos regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia, dos estudantes, da escola nas quais são implementados, conforme direcionamento do Art. 26 da LDB No 9.394/96.

Portanto, são disciplinas que mantêm uma flexibilidade e estão dispostas a serem modificadas a cada ano letivo. No caso do colégio, geralmente essas disciplinas são elaboradas a partir de um tema específico das disciplinas tradicionais, tendo seu documento norteador elaborado pelo conjunto de professores correspondentes daquela disciplina, mesmo que apenas um vá ministrá-la. Por exemplo: o coletivo de professores de Educação Física (quatro professores) elaborou em conjunto o documento norteador da DPD Cultura Corporal, oferecida ao Ensino Médio no ano de 2019. Essa disciplina de Cultura Corporal junto a DPD Esporte Escolar, objeto de estudo do presente relato, foram as disciplinas da parte diversificada oferecidas no ano de 2019 pelo coletivo de Educação Física.

Uma Política Pública Educacional: o contexto do Programa Residência Pedagógica

A história nos mostra que a educação no Brasil nunca foi grande prioridade para os governos e da classe dominante. Investimentos aquém do prometido, péssimas condições de trabalho aos professores e uma sequência interminável de reformas, são alguns dos principais obstáculos encontrados no campo educacional.

Acreditamos que a educação seja a ação política mais eficiente para o combate à desigualdade num país tão desigual quanto o Brasil. Para isso, são necessárias melhores estruturas, melhores condições de trabalho aos trabalhadores educacionais, continuidade nos planejamentos à longo prazo e atenção devida à formação de professores.

Falando especificamente sobre formação de professores, entendo essa etapa de intervenção na escola essencial no reconhecimento da profissão em si por parte do docente em formação, quando ele decide se é isso mesmo que ele deseja seguir profissionalmente. Infelizmente essa defasagem na política educacional pode vir a desmotivar o formando quando ele se depara com essa realidade precária, em um espaço que deveria privilegiar a aprendizagem.

Atuando na formação de professores, o PRP apresenta como principais objetivos:

Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias; II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica; III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso

da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores; IV. Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da Educação Básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (CAPES, 2018a, p. 1).

O projeto, a partir do curso de Educação Física da UPE iniciou em meados de 2018, momento em que a instituição se insere neste programa nacional. Em seu primeiro processo seletivo foram inseridas as áreas de Educação Física, Português, Matemática, História, Geografia, Pedagogia e Biologia, com um período de execução de 18 meses.

Até então o processo de inserção dos estudantes nos espaços de intervenção profissional eram realizados através do Estágio Curricular Obrigatório (ECO), sendo os mesmos entendidos como espaços que tem como objetivo a preparação para o trabalho e desenvolver o educando para a vida cidadã.

O Programa Residência Pedagógica se diferencia do ECO em alguns aspectos. Em sua estrutura, por exemplo, o PRP estipula um contrato com a escola campo (três semestres) e com o professor preceptor da mesma, garantindo uma maior estabilidade ao residente. Professor que assim como os residentes recebe uma bolsa por participar do programa, ficando então responsável por acompanhar e orientar os residentes na escola campo. Tanto o professor preceptor quanto residentes tiveram dois meses de análise de documentos e estudos antes do início das intervenções nas escolas-campo.

Sobre esse período de preparação, muito teve a ver com a investigação da BNCC, documento no qual se articula e ampara o programa. A BNCC é um documento objeto de muitas críticas das entidades acadêmicas que tratam a educação (AGUIAR; DOURADO, 2020), incluindo a ESEF/UPE, que mesmo com ressalvas aceitou participar do programa. Naquele momento, recém-publicada, sabíamos das dificuldades que teríamos em relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, já que nem todas se adequaram à essa nova proposta e o programa era todo guiado por essa nova proposta curricular². Nossa estratégia para lidar com essa dificuldade foi um planejamento cuidadoso, por etapas e com participação efetiva da professora orientadora, estando conosco a cada passo que dávamos no pensar pedagógico.

As principais críticas sobre o PRP e à BNCC citam a violação da autonomia universitária, já que é um programa de ordem nacional que destoa dos projetos pedagógicos das respectivas instituições e a proposição de uma universalização de ensino sem um Sistema Nacional de Educação (SNE) para considerar as políticas públicas envolvendo contextos mais desfavorecidos do país.

Tratando acerca do conteúdo da BNCC, tal documento reconhece a Educação Física como componente curricular, apresentando-a como:

[...] componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo (BRASIL, 2018b, p. 213).

² Apesar de os documentos norteadores da BNCC apresentarem como justificativas, conceitos como “a democracia do direito à aprendizagem”, os coletivos acadêmicos do campo educacional vão questionar esse argumento trazendo uma reflexão acerca das diferentes realidades sociais, culturais e estruturais país. Mesmo defendendo a ideia de universalização do ensino, os coletivos acadêmicos do campo educacional vão dizer que a BNCC se limita apenas ao currículo, não existindo uma política mais ampla para que todas as realidades do país tenham recursos e estrutura suficiente para a materialização de um currículo único e nem um diálogo com governos de instância estadual e municipal para a efetivação dessa proposta. Partindo desse entendimento, várias escolas apresentaram resistência à BNCC pois consideravam o documento inadequado à aquela realidade (BRANCO et al. 2019).

A BNCC é um documento nacional norteador da educação que surge em um momento turbulento na política nacional com o objetivo de universalizar o ensino. O documento é estruturado em áreas de conhecimento, que se dinamizam de acordo com as etapas da Educação Básica. A Educação Física é articulada a área de linguagens durante todo o Ensino Fundamental, junto com Artes, Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

O documento em si é bem extenso e cheio de classificações. Em Esporte, por exemplo, são sete categorias: marca, precisão, técnico-combinatório, rede/quadra dividida ou parede de rebote, campo e taco, invasão ou territorial e combate. E nos conteúdos, além dos cinco tradicionais (ginástica, dança, luta, jogo e esporte), é adicionado o conteúdo temático Práticas corporais de aventura, onde [...] exploram-se expressões e formas de experimentação corporal centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade que se apresentam quando o praticante interage com um ambiente desafiador” (BRASIL, 2018b, p. 218).

Quanto a DPD, a única menção do documento é uma citação sobre a lei que legitima a parte diversificada do currículo, no capítulo referente aos marcos legais que dão sustentação a BNCC:

os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996 *apud* BRASIL, 2018a, p. 11).

Educação Física e Currículo Escolar: experiência com uma disciplina para parte diversificada - Esporte Escolar

O currículo é entendido como um conjunto de práticas, seja de ordem didática, administrativa ou política, que buscam alcançar determinado projeto de organização social. Ou seja, o currículo não pode ser entendido como isento de posicionamento ou ideologia, considerando que um projeto já tem por si só preceitos e posicionamentos pré-estabelecidos amparados por alguma visão de mundo.

Na escola o currículo é definido tomando como orientação os documentos orientadores nacional, estadual e municipal (caso haja). Além de ser discutido no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, onde fica evidente e se materializa, em menor instância, o posicionamento citado quando falamos de currículo, sendo um documento que já contém objetivos a serem alcançados, métodos de aprendizagem e o prazo para ser concluído.

No documento de programa da disciplina do CAP/UFPE, a Educação Física tem como objetivo [...] ser campo de vivência social, onde as crianças e adolescentes possam ter acesso aos conteúdos da cultura corporal e esportiva, onde possam ampliar suas referências acerca dos fins e objetivos nos campos educativos, de lazer, terapêuticos e esportivos”. Sendo a mesma realizada em todas as turmas do Ensino Fundamental e Médio através de três (3) aulas semanais para as turmas de 6º e 7º ano e duas (2) aulas semanais para as turmas de 8º, 9º ano e ensino médio.

Considerando que cada residente passaria o programa inteiro locado em uma mesma escola, teria um semestre reservado para ambientação, assistindo as aulas, fazendo relatórios, mas ainda sem regência, e outros dois de imersão. Porém, houve um problema ainda na fase de ambientação na escola campo em que eu e meus colegas estivemos locados, sendo inevitável a troca de colégio para continuação do programa³. Demos continuidade em outro colégio tendo que já iniciar na fase de imersão, com planejamento e regência das turmas. Tal acidente poderia comprometer o cronograma do programa, mas graças à uma ótima estrutura da nova escola campo e grande atenção do professor preceptor para conosco, conseguimos nos adaptar e desenvolver

³ Devido à um problema de cumprimento das atividades do PRP por parte da professora preceptora, não foi possível continuar na mesma escola-campo que iniciamos o programa. Com isso, uma nova seleção com colégio e professores foi aberta, onde foi decidido que a continuação do PRP seria no CAP/UFPE.

um bom planejamento.

Outro ponto relevante a se mencionar é o fato de se formarem geralmente duplas para ficarem responsáveis por cada turma, numa decisão de logística, já que eram poucas turmas (4 turmas) comparadas a quantidade de residentes (8 residentes). Isso enriqueceu o processo de planejamento e regência das aulas, já que sempre havia discussões e ainda contavam com o cuidado do preceptor, e dessa forma, um complemento nas ideias e estratégias metodológicas.

No caso da disciplina da parte diversificada vinculada à Educação Física – oferecida ao 9º ano, foco de nossa análise, o coletivo de professores a denominou de Esporte Escolar e foi nela em que estive durante um semestre.

Tal disciplina foi ofertada pela primeira vez e o coletivo de professores de Educação Física optou por uma perspectiva de treinamento esportivo escolar, explorando as modalidades esportivas respeitando o projeto político-pedagógico da escola e privilegiando o rendimento escolar em detrimento ao rendimento esportivo.

Tal disciplina continha um documento elaborado por dois professores de Educação Física da instituição, e tinha como objetivo: provocar a reflexão da pluralidade do esporte, ressaltando sua relevância enquanto um dos elementos da cultura corporal e defender uma abordagem crítica no trato com o conhecimento para o ensino das modalidades esportivas. A disciplina optou pela estratégia metodológica de trabalhar com as modalidades esportivas mais conhecidas: basquete, voleibol, handebol e futsal.

Sobre a perspectiva escolhida e o conteúdo em si, reconheço o tema treinamento esportivo na escola como uma questão de entrave dentro da própria Educação Física, implicando em nossos currículos e formação. Por seguir uma linha de pensamento crítica na Educação e Educação Física, foram poucas as vivências/discussões acerca de treinamento esportivo para que nos sentíssemos prontos para ministrar uma disciplina com esse tema. Coube-nos refletir sobre a possibilidade de analisar o treinamento esportivo na escola a partir de uma perspectiva crítica.

Partimos do entendimento de que treinamento esportivo na escola seja algo carregado de estereótipos e tenha parte de um legado histórico negativo da Educação Física, muito articulado com concepções elitistas e tecnicistas, privilegiando o desempenho em detrimento de qualquer outro pressuposto didático. Mas, ao mesmo tempo também é preciso reconhecer o treinamento esportivo como uma área de conhecimento da Educação Física, sendo necessária uma desconstrução desses preceitos historicamente ligados ao treinamento esportivo para uma nova prática pedagógica crítica com essa temática.

Ao assumir a turma, tive certa insegurança junto a um sentimento de incompreensão do objetivo da disciplina, que resultou em aulas, as primeiras pensadas pelos residentes, que fugiam um pouco da proposta da DPD. Problema que foi rapidamente resolvido após conversa com o preceptor, que partiu de exemplos da própria aula ministrada por nós para dar uma melhor compreensão do que seria a DPD Esporte Escolar em uma perspectiva de treinamento, além do suporte de um documento norteador da disciplina que continha os objetivos a serem traçados a cada unidade temática.

Acredito que esse contexto desafiador de não se sentir totalmente embasado acerca de um conteúdo seja parte de um processo natural de uma das fases da formação docente, onde estar amparado por docentes mais experientes e uma boa estrutura sejam parte fundamental no processo de amadurecimento docente.

Falando especificamente sobre treinamento escolar, o conceito mais popular é o argumento de que é uma ferramenta utilizada pelos docentes para ajudar no desenvolvimento do estudante dentro e fora da sala de aula, e tem por finalidade ajudar o desenvolvimento motor, cooperação, disciplina e concentração, além de ajudar o aluno entender o papel do esporte na sociedade. Segundo Bonierski (2008, p. 2),

O campo esportivo que comporta o esporte escolar contribui para superar o pensamento simplista dos projetos esportivos para finalidades competitivas, seleção do talento esportivo, retirar a criança da rua, entre outras tantas, e aprofundar o entendimento sobre o papel do esporte no espaço escolar e dos agentes que atuam neste espaço.

Ou seja, o argumento utilizado é de que o treinamento escolar além de ajudar no desenvolvimento da criança, seja ele motor ou social, ajuda também na compreensão de que se podem mudar realidades através do esporte.

Trazendo a discussão para a realidade de nossa *práxis*, podemos dizer que estamos mais próximos dos conceitos do treinamento esportivo na escola que o aproxima do PPP da mesma e conseqüentemente faz parte do currículo. Foi possível estabelecer uma relação agradável nas aulas de forma a render contribuições muito positivas dos estudantes.

Apesar de se utilizar da estratégia de competições como estímulo em vários momentos, em nenhum desses tivemos problema com excesso de competitividade, exclusão ou desrespeito de colegas de turma para com os mesmos. Pelo contrário, percebia-se em vários momentos uma noção de colaboração coletiva por parte dos estudantes para com seus colegas. Portanto, juntos conseguimos deixar o treinamento esportivo, em nosso contexto, muito mais próximo dos reais objetivos de um espaço escolar, legitimando o seu trato.

Esse ambiente criado nas aulas foi possível graças a uma boa recepção dos estudantes para com os residentes e, assim, tivemos tranquilidade para explorarmos essa faceta do esporte. Na prática social final de cada aula, era perceptível a satisfação dos estudantes com a aula, o que resultava em mais confiança para o planejamento das próximas aulas.

Mesmo na perspectiva de treinamento, as aulas tinham como referência os passos pedagógicos da pedagoga histórico crítica de Saviani (2011), com prática social inicial, problematização e avaliação ao final de cada aula. Esses momentos para além do treino prático foram essenciais para o acompanhamento das aprendizagens dos estudantes, já que os estudantes eram provocados a discutirem pontos como tática, regras e situações de jogo.

Digo então que, enquanto docente, aprendi tanto na busca por referências do conteúdo quanto na prática, desenvolvendo, experimentando e percebendo estratégias e caminhos úteis para a solidificação do processo de ensino-aprendizagem.

Em relação à avaliação, a DPD de Esporte Escolar segue o mesmo princípio qualitativo de todo o colégio. Nesse sentido, tenho outro ponto interessante a se comentar. A avaliação qualitativa rompe o limite superficial do exame e passa a considerar todo o processo construtivo do conhecimento para a realização da avaliação. Desta forma nenhuma aula é desconsiderada ou se isenta do processo avaliativo.

Nesse sentido, um ponto que enriqueceu esse tipo de avaliação foi o fator de serem apenas nove estudantes na turma. Se quando se tem apenas nove estudantes na turma é ruim se formos pensar pela lógica do treino, este quantitativo enriquece muito mais a análise individual acerca do desempenho e aprendizado dos mesmos, resultando em uma avaliação mais qualitativa desse processo.

Nessa perspectiva complexa de se avaliar os estudantes não há espaço para se limitar às habilidades e técnicas por estarmos lidando com uma disciplina de treinamento. Levamos em consideração não somente as habilidades, mas a compreensão total do jogo, da tática, regras e seu funcionamento.

Considerações Finais

Frente as dificuldades e apreensões relatadas neste processo, destacamos que a experiência descrita foi muito proveitosa, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional.

Mesmo com críticas em alguns aspectos ao PRP, já mencionadas, admito que o Programa tem uma estrutura sólida e que me ofereceu possibilidades satisfatórias nessa etapa da formação. Destaco os professores qualificados envolvidos com o processo, meus colegas de escola-campo e a própria escola-campo que contribuíram muito para a qualificação desta experiência.

Tratar do treinamento esportivo em uma disciplina curricular foi um desafio extremamente gratificante, onde me rendeu ricas aprendizagens obtidas tanto através de estudos quanto através das próprias aulas, ficando ainda mais claro a importância dessa etapa da formação que é a intervenção. Não só na formação durante a graduação, mas pude visualizar que em uma formação continuada também.

Acredito que conforme superamos os desafios, damos passos preciosos para nossa qualificação. Mas, acredito que para essa superação também é necessária uma estrutura satisfatória para os docentes em formação, como observamos no CAP/UFPE.

Cabe a nós, enquanto cidadãos de direito, nos envolvermos na luta por melhores condições da educação pública, não só pensando na formação de professores/as, mas para um país mais igualitário e com melhor qualidade de vida.

Referências

BRASIL. **Edital CAPES 06/2018**. 2018a. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/0103018-edital-6-2018-residencia-pedagogica.pdf>. Acesso em: 20/05/2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – Lei N° 13.005/2014**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares de Educação Física para os anos finais do Ensino Fundamental e para Ensino Médio**. Curitiba, PR: SEED, 2008.

BRASIL. Lei N° 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm.

AGUIAR, M. Â.; DOURADO, L. F. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

BONIERSKI, G. A. **As possibilidades do treinamento esportivo dentro do espaço escolar como parte integrante do projeto político-pedagógico que privilegie a formação pessoal do aluno e da aluna**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1731-8.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2019.

BRANCO, E. P. et al. **Sistema Nacional de Educação: críticas ao contexto da implantação da BNCC**. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8035/pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO UFPE. **Projeto Pedagógico do Colégio de Aplicação da UFPE**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39038/0/PP+CAp+mar%C3%A7o+2020.pdf/cb5990b2-55ed-41df-b35a-9913c738bd47>.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Aplicação da UFPE é a segunda melhor escola da rede pública do Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/07/aplicacao-da-ufpe-e-a-segunda-melhor-escola-da-rede-publica-do-brasil.html>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FARIA, J. B; PEREIRA, J. E. Residência pedagógica: afinal, o que é isso? **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 28, n. 68, p. 333-356, mai./ago. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, J. C. S. diversificada do currículo em uma escola pública federal: o olhar de residentes sobre a experiência com uma disciplina de esporte escolar. **Anais...** I Seminário Pibid e Residência Pedagógica e V Seminário de Iniciação à Docência e Formação de Professores – SEMINID-RP/UPE/2019, Garanhuns, 2019. p. 1-10.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

Recebido em 19 de outubro de 2021
Aceito em 25 de maio de 2022

